



GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

OFICINA "FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA"

Relatório da Oficina de Trabalho realizada durante o IV Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 2000.^{1 2}

Resumo

Nos dias 28 e 29 de agosto de 2000, durante o VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em Salvador - Ba. foi realizada uma Oficina de Trabalho com o objetivo de ampliar a discussão acerca da formação de recursos humanos em Vigilância Sanitária, fortalecer o compromisso social das instituições formadoras com a temática, levantar subsídios à construção da política de desenvolvimento desses recursos humanos e definir linhas de ação nos processos de formação. O evento foi promovido pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia, reunindo 35 participantes, especialistas em Vigilância Sanitária e em Recursos Humanos e convidados de instituições de ensino e de saúde. Para subsidiar os trabalhos um Termo de Referência foi previamente encaminhado aos participantes visando estimular e orientar as discussões. A metodologia de trabalho constou de trabalhos em grupos e plenária. A partir dos debates fizeram-se propostas e recomendações para subsidiar o desenvolvimento da Política Nacional de Recursos Humanos em Vigilância Sanitária.

Palavras-chave: vigilância sanitária; formação de recursos humanos; recursos humanos em vigilância sanitária.

Abstract

1 - Introdução

¹ Oficina coordenada por Ediná Alves Costa e Ana Figueiredo, tendo como relatoras Ana Cristina Souto, Ediná Alves Costa, Vera Bacelar e Maria Umbelina Dumont.

² Agradecimentos a Gisélia Santana Souza, Livia Costa da Silveira e Maria Gorete Selau pelas anotações nos trabalhos de grupos.



GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A Oficina de Trabalho sobre Formação de Recursos Humanos em Vigilância Sanitária reuniu especialistas em Vigilância Sanitária (Visa) e em Recursos Humanos, técnicos e convidados de instituições de ensino e de serviços de saúde, tendo como produto a formulação de propostas e recomendações que visam subsidiar a formulação e implementação da Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Vigilância Sanitária em nível federal, estadual e municipal.

Na abertura dos trabalhos o Dr. Luiz Carlos Wanderley Lima, um dos Diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e coordenador do Comitê de Recursos Humanos, participante da Oficina, discorreu brevemente sobre o novo modelo institucional da Anvisa e sua relação com os Estados, relatando as iniciativas em curso para a efetivação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e para o estabelecimento de cooperação técnica com algumas universidades brasileiras, tendo em vista a formação e capacitação de recursos humanos para a Visa. Ao ressaltar a importância de a temática da Vigilância Sanitária ter conquistado espaços no VI Congresso de Saúde Coletiva, destacou a oportunidade da realização da Oficina de Trabalho no contexto político-institucional de construção da política de desenvolvimento de recursos humanos e a expectativa de contribuições em termos de formulação de propostas e recomendações.

Após a abertura a coordenação fez uma exposição preliminar da proposta de trabalho e dos propósitos do Termo de Referência que foi encaminhado previamente aos participantes para leitura e reflexão. Para facilitar as discussões os participantes foram divididos em dois subgrupos, tendo-se sugerido o seguinte roteiro:

1. Discutir a proposta de formação de RH constante do Termo de Referência;
2. Identificar "projetos dinamizadores" para a área e discutir a proposta de Oficinas de Trabalho visando um diagnóstico situacional como um desses projetos;
3. Discutir a proposta de construção de um movimento nacional para o desenvolvimento da área de Visa, inclusão da temática na Conferência Nacional de Saúde e realização da Conferência específica;
4. Identificar estratégias para a construção de viabilidade das propostas formuladas na Oficina.

Em uma carga horária de 15 horas distribuídas em dois dias de trabalho os grupos discutiram questões mais amplas da Visa no país, considerando o contexto internacional que assinala uma "crise da Saúde Pública", o contexto político-institucional do Sistema Único de Saúde (SUS) e da recém-criada Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o processo de descentralização de ações de vigilância para os Estados e de implantação desses serviços em Municípios; também foram apreciadas as questões sugeridas, formulando-se propostas que foram discutidas na plenária final.

2- A situação atual da formação de RH para a Vigilância Sanitária no Brasil

GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

As discussões levaram em conta os seguintes contextos:

As profundas mudanças que estão ocorrendo na sociedade, têm provocado, particularmente na América Latina, novas conformações de vários campos que estão ligados às políticas públicas, provocando redefinições do papel do Estado nas áreas sociais. Com o propósito de definir as Funções Essenciais da Saúde Pública (FESP)³ como um dos temas-chave no processo de discussão sobre as reformas no setor saúde e o papel do Estado e suas implicações no desenvolvimento de RH em saúde, a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) está conduzindo um processo de construção de uma agenda⁴ para as instituições de formação em Saúde Pública.

No Brasil está em desenvolvimento o Projeto Agenda⁵ que busca elaborar uma agenda de prioridades relativas à preparação e gestão de recursos humanos em saúde. O projeto é resultado de um processo de discussão em Oficinas de Trabalho realizadas em sete Estados brasileiros, tendo-se destacado dezenove itens considerados os principais problemas da gestão de RH nas respectivas secretarias municipais e estaduais. Destes itens, quatro estão ligados mais diretamente à problemática da formação de RH em Saúde:

1. Baixa prioridade para o financiamento dos processos de preparação de RH;
2. Incoerência entre o processo de formação acadêmica e as necessidades dos serviços e ações desenvolvidas no SUS.
3. Falta de programação regular e sistemática de educação continuada para o conjunto dos trabalhadores, em suas diferentes categorias profissionais e ocupacionais
4. Carência de pessoal de nível médio, além de grande contingente de pessoal sem formação específica, já trabalhando nos serviços de saúde.

Somado a este movimento, a Vigilância Sanitária, em nível nacional, está buscando parceria com atores sociais na perspectiva da construção de uma política nacional de recursos humanos. Dois atores sociais têm dado grande contribuição nesse processo: o primeiro são as instituições de ensino superior que têm desenvolvido cursos de formação e preparação de recursos humanos para a área e o segundo são as instâncias colegiadas do SUS que através de seus espaços específicos têm colocado nas suas agendas de discussões a questão da Saúde sob os mais variados aspectos, inclusive a problemática de seus recursos humanos, em diversas dimensões.

³Processos e movimentos da sociedade que constituem condições *sine qua non* para o desenvolvimento integral da saúde e o alcance do bem-estar, e como tais, orientam e modulam a organização e o comportamento dos campos, setores e atores que compõem uma dada sociedade.

⁴ A proposta de agenda apresenta cinco campos de ação que corresponderiam à contribuição dessas instituições ao desenvolvimento da saúde, a saber: formação de recursos humanos, investigação em saúde pública e desenvolvimento tecnológico, cooperação técnica, ação comunitária direta e liderança, articulação política e alianças

⁵ Projeto Agenda: Política de Recursos Humanos de Saúde: prioridades para a ação dos gestores do SUS - Relatório final MS/OPAS/OMS



GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em face dessas postulações, considerou-se relevante um repensar específico acerca da Vigilância Sanitária no aspecto de seus recursos humanos, particularmente no que se refere à formação e capacitação.

3-Discussão:

A discussões nos grupos foram sistematizadas em três grandes eixos temáticos, a saber: *desenvolvimento teórico-conceitual, formação de recursos humanos e visibilidade política da Visa.*

3.1. *Desenvolvimento teórico-conceitual*

Os participantes da Oficina consideraram a necessidade de investimentos de distintas ordens visando o desenvolvimento teórico-conceitual da Vigilância Sanitária e a difusão das reflexões acumuladas para uma maior clareza na delimitação do campo, definição do seu objeto, meios de trabalho e finalidades do conjunto de suas práticas. Pontuou-se que já existe um relativo acúmulo teórico-conceitual porém ainda de divulgação restrita e que são bem escassas as pesquisas na temática; que esses aspectos interferem nos processos de formação de recursos humanos, sobretudo porque persistem distintas concepções sobre as ações de Vigilância, desde a concepção restritiva tão somente de ação fiscal.

Chamou-se atenção para a relação das ações de vigilância sanitária com o crescimento da produção no atual desenvolvimento histórico da sociedade em uma economia globalizada que determina mudanças nas relações de produção e nas condições de vida da população; neste contexto, em que se dá a criação, na instância federal, de uma organização distinta nos moldes de uma agência regulatória, cresce a necessidade de um repensar acerca do modelo assistencial e da necessidade de formação de uma nova cultura institucional na Vigilância Sanitária. A reflexão aponta para a necessidade de construção de um modelo que supere a fragmentação vigente e garanta a saúde como um direito do cidadão, no qual os princípios de universalização, equidade, integralidade e controle social sejam implementados, sob um marco conceitual que permita articular estes conceitos integrando a vigilância sanitária como ação de saúde.

Considerou-se que a vigilância sanitária, compreendida como um conjunto estruturado de práticas e campo de aplicação de conhecimentos advindos de diversos ramos do saber constitui práticas sanitárias de promoção e proteção da saúde e de regulação do mercado de bens e serviços de interesse da saúde; que a Visa defronta-se com o desafio histórico de reflexão acerca do seu objeto, destacando-se a urgência de se trazer à discussão os conceitos de promoção e proteção da saúde sob o ângulo da Vigilância Sanitária e as contribuições das distintas disciplinas (epidemiologia, planejamento, direito, entre outras) para o desenvolvimento do marco conceitual desta área. Ademais, considerou-se a necessidade de se aprofundar e sistematizar a reflexão acerca das disciplinas estruturantes para a formação em



GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Vigilância Sanitária e que devem permear todas as iniciativas na área. Na discussão, pontuou-se a criação de centros colaboradores como estratégia para o estabelecimento de vínculos mais estreitos e permanentes com as instituições formadoras que também constituem os principais centros de produção de conhecimento.

Os participantes da Oficina identificaram a urgente necessidade de se implementar projetos dinamizadores para o desenvolvimento da área. Desse modo, entre outras estratégias, propõe-se que se promova incentivos à produção científica e estímulo a pesquisas operacionais que contribuam para o equacionamento dos problemas da área, identificando-se, ademais, a possibilidade de construção coletiva de uma agenda de investigação e a necessidade de sistematização da produção existente.

3.2. A formação de RH

A partir do delineamento constante do Termo de Referência acerca da problemática da formação e capacitação dos recursos humanos em Visa discutiu-se vários aspectos, entre os quais a necessidade de investimentos de ordem técnica e política nos diversos níveis de gestão do SUS, tendo-se considerado que esse processo deve ser liderado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Os participantes da Oficina deram destaque à problemática do trabalho em Visa, advinda da complexidade da área e dos seus focos de tensão e da diversidade da composição dessa força de trabalho sem que haja processos regulares de formação e capacitação. Identifica-se um desconhecimento acerca desses trabalhadores, não se dispondo de informação sobre o seu quantitativo, o que fazem e qual a sua formação e capacitação. Esta situação indica a necessidade da realização de um estudo diagnóstico dessa força de trabalho de modo a contribuir na formulação e planejamento de propostas de formação e capacitação profissional para serem desenvolvidas nos Estados e Municípios. Chamou-se a atenção para a importância de se considerar as diferenças regionais quanto às demandas de formação e capacitação, apontando-se a necessidade de se casar o diagnóstico acerca dos recursos humanos com o diagnóstico da situação sócio-econômica e ambiental da área, o que será fundamental para o planejamento de cursos. Uma vez que este diagnóstico ainda não foi realizado, a Oficina referendou a proposição contida na Oficina de Trabalho sobre Formação Especializada em Visa⁶ que sugeriu tomar como ponto de partida as demandas identificadas nos convênios da Anvisa com os Estados⁷ juntamente com as proposições oriundas dos centros formadores que em convênio com a Anvisa trabalham na preparação e formação de RH na área, citando-se, entre outros, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP),

⁶ Oficina realizada em 10/07/2000, em São Paulo, tendo por objetivo discutir a formação especializada em Visa e subsidiar a construção desta Oficina.

⁷ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Levantamento do componente de recursos humanos nos convênios da Anvisa com os Estados, 1999. Brasília, 2000.



GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBa.), Escola de Saúde Pública do Ceará, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

A temática da formação e capacitação do profissional de nível médio também foi abordada na Oficina, sem maiores aprofundamentos, mas destacando-se a necessidade de investimentos nesse tipo de formação junto às escolas técnicas em saúde, tanto no desenvolvimento dos cursos existentes em Visa como na criação de novos cursos e novas escolas no país. Outro aspecto ressaltado foi o incentivo à criação de novos cursos profissionalizantes junto aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com o propósito de contribuir na melhoria da formação do profissional de nível médio, recomendando-se promover meios para a inclusão de conteúdos de Visa em disciplinas específicas em cursos existentes, a exemplo dos cursos de Tecnologia Ambiental e Tecnologias em Saúde.

Com o propósito de fortalecer os programas de formação especializada, Mestrado Profissional e Cursos de Aperfeiçoamento, Atualização e outros, discutiu-se a necessidade de se elaborar e desenvolver um **projeto pedagógico** que contemple a definição de competências profissionais a serem desenvolvidas nos três níveis do sistema, bem como as habilidades e os conteúdos mínimos dos cursos, além de metodologias de ensino-aprendizagem que incluam técnicas educacionais como ensino à distância, formas de avaliação etc.

A discussão sobre formação de RH em Visa, em nível de graduação na área da saúde deu-se de forma mais generalizada, observando-se que não existem informações sistematizadas no país acerca de conteúdos e metodologias de ensino, disciplinas em que são desenvolvidos esses conteúdos nem a carga horária. Os cursos que incluem aspectos da temática, particularmente em disciplinas da Saúde Coletiva, têm carga horária ainda insuficiente. Destacou-se ainda a necessidade de realização de um diagnóstico com as Universidades Federais, no propósito de identificar-se temas e conteúdos de Visa em disciplinas dos cursos de Graduação. Foi considerado estratégico a constituição de campo de estágios (curriculares e extra-curriculares) nos serviços de Visa, para alunos de cursos de graduação em saúde e afins à Visa, como por exemplo Direito, Arquitetura, Física e Química, e de nível médio, com o propósito de abrir espaços que potencializem avanços no campo das práticas em Visa.

O desafio de organizar os conteúdos programáticos dos cursos sem fragmentar os conhecimentos, buscando aproximá-los em torno de disciplinas-eixo que forneçam as bases conceituais e técnico-científicas fundamentadoras das práticas de Visa foi uma das importantes discussões durante a Oficina. Estabelecer um eixo estruturante em um desenho teórico-conceitual e metodológico dos cursos de especialização foi também uma das preocupações dos participantes; alguns salientavam que a Epidemiologia seria esse eixo, mas outros pontuavam que esta disciplina não seria suficiente para abarcar a complexa problemática da Visa. Salientava-se ainda que as disciplinas estruturantes do campo da Saúde Coletiva, embora fundamentais, ainda seriam insuficientes pois existe uma especificidade na

GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Visa que vai mais além destas disciplinas; o direito foi entendido como outro campo de saber estruturante na Visa. Salientou-se, ainda, que as práticas de Visa fundamentam-se em saberes científicos e técnicos provenientes de diversos campos de saber (específicos das ciências básicas como a física, química, biologia, microbiologia, imunologia, genética etc.) e de práticas (arquitetura, política, medicina, cultura, ética etc.). A discussão sobre qual seria a "liga" ou seja, qual o conhecimento que falta para unir esse campo multifacetado de práticas e saberes, aqui no Brasil denominado vigilância sanitária, foi uma preocupação presente ao longo da Oficina.

A discussão no tocante à indagação de qual seria a melhor denominação para os cursos de especialização, iniciada na Oficina de Trabalho sobre Formação Especializada foi retomada por alguns participantes. Por se considerar estratégico para o desenvolvimento e visibilidade da área concordou-se com a proposição dessa Oficina no sentido de que os cursos de formação geral teriam a denominação "Curso de Especialização em Saúde Coletiva com concentração em Vigilância Sanitária", enquanto os cursos que enfocam uma determinada área da Visa seriam denominados "Curso de Especialização em Saúde Coletiva com concentração em Vigilância Sanitária de Medicamentos", por exemplo, ou de Alimentos, ou de Serviços de Saúde etc. Entendeu-se que em qualquer uma das formas, estes cursos teriam um tronco básico de conteúdos comuns de Saúde Coletiva e de Visa.

Também tratou-se da necessidade de delineamento dos perfis profissionais e o elenco de suas competências e habilidades nos vários níveis do SNVS, mesmo que ainda não estejam bem definidas as próprias atribuições institucionais. Ademais, destacou-se a relevância estratégica de conceber-se a formação dos profissionais de nível superior articulada às prováveis demandas de formação e capacitação de pessoal de nível médio, sobretudo em virtude das necessidades dos municípios, desencadeadas no processo de implantação de serviços e ações de Vigilância, com a descentralização.

Os participantes consideraram que a insuficiente discussão acerca dos aspectos teóricos e conceituais da Visa traz dificuldades aos processos de formação de recursos humanos, particularmente no que se refere ao delineamento de um quadro referencial para os cursos *latu-sensu* e *strictu-sensu*. Foi destacada a importância de estudos e pesquisas para o desenvolvimento teórico-prático da Visa e de incentivos à realização de estudos e pesquisas acadêmicas e operacionais, considerados elementos cruciais para a vitalidade dos processos de formação e capacitação, fortalecendo assim a formação de RH. Chamou-se a atenção para a importância de o processo de construção de propostas de formação e capacitação ser conduzido articuladamente com os serviços, no sentido de se atender às necessidades e preencher lacunas no processo de formação e superar dificuldades técnicas e gerenciais no trabalho. Ademais, considerou-se inadiável a reflexão acerca do objeto, dos métodos, técnicas e instrumentos de trabalho necessários ao exercício dessas práticas, assim como de suas formas de organização, gestão, avaliação e controle e participação social no sentido de

GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

contribuir na construção de uma proposta criativa e viável para o desenvolvimento dos recursos humanos em Vigilância Sanitária no Brasil.

Embora sem maiores aprofundamentos, identificou-se a necessidade de discussão acerca das formas de avaliação dos alunos, dos docentes e dos cursos. Interrogou-se quais seriam as formas mais adequadas de avaliação do aluno: monografias, estágios práticos, avaliação nas disciplinas ou todas elas? não se chegou a consenso mas se destacou a necessidade de um maior aprofundamento destes aspectos, chamando-se a atenção para a importância de elaboração de um **projeto pedagógico** a ser desenvolvido nos cursos de formação especializada em Visa.

A discussão acerca do processo de formação *latu-sensu* e *strictu-sensu* se deu a partir da proposta apresentada no Termo de Referência da Oficina. Ainda não se tem experiência de realização da modalidade "mestrado profissional" na área da saúde, sequer uma discussão mais ampliada, mas algumas instituições já se envolveram nesta proposta, a exemplo da ENSP e ISC. Não se aprofundou a discussão acerca de qual seria a forma mais indicada para a formação *strictu-sensu*, hoje, no Brasil, mas os participantes destacaram a preocupação de que o mestrado profissional, embora se afigure importante, a curto prazo, para possibilitar um avanço na área, no que se refere a seus aspectos teóricos e práticos, não deve substituir o mestrado acadêmico, para não restringir o acesso, visto que uma das particularidades do mestrado profissional é atender a necessidades das instituições conveniadas. Esta forma de investimento na formação *strictu-sensu* possibilitaria, por um lado, uma maior aplicabilidade dos estudos desenvolvidos durante o curso, por outro lado, limitaria a participação de candidatos que não tenham vínculo com essas instituições. Assim, a necessidade de se ter um mestrado acadêmico foi reforçada, sugerindo-se estimular o desenvolvimento da área de concentração em Visa nos mestrados e doutorados em Saúde Coletiva, particularmente aqueles cuja instituição venha a se transformar em um Centro Colaborador da Anvisa. Identificou-se, ainda, a necessidade de um esforço de colaboração entre as instituições formadoras na área da Saúde Pública/Saúde Coletiva e demais áreas da saúde e as que dão suporte à Vigilância Sanitária – Farmácia, Nutrição, Direito, Química, Biologia, Engenharia, Informação e Informática, entre outras – para estabelecer processos de formação consistentes que aliem capacitação teórico-conceitual, metodológica, operacional e gerencial nas distintas áreas de atuação da Vigilância Sanitária e integradas a todo o Sistema de Saúde. Discutiu-se ainda a necessidade de haver estímulo à articulação com os Cursos de Especialização em Saúde Coletiva no sentido de serem incluídos conteúdos mínimos de Visa nesses programas, sugerindo-se que a definição desses conteúdos seja analisada em fóruns participativos.

A insuficiência de docentes para ministrar conteúdos específicos de Visa nos cursos de pós-graduação e mesmo nas temáticas de cursos de atualização foi identificada como um dos principais problemas no desenvolvimento da Visa nas instituições de ensino. Tendo em conta esses limites considerou-se a necessidade de se construir estratégias que promovam a capacitação e formação desses docentes como também a possibilidade de capacitar,

GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

pedagogicamente, profissionais que estão inseridos nos serviços e que tenham currículos adequados às necessidades, os quais passariam a fazer parte de um banco de docentes a ser disponibilizado para os Programas de Pós-graduação em nível nacional.

A necessidade de uma maior articulação entre centros e instituições acadêmicas que estejam desenvolvendo cursos em nível *latu-sensu* e *strictu-sensu* visando a troca de experiências e a possibilidade de elaboração e desenvolvimento de cursos interinstitucionais e projetos multicêntricos em Visa, foi outra discussão importante durante a Oficina. Chamou-se a atenção de a curto prazo disponibilizar-se, em rede, as experiências dos cursos em andamento ou que estejam para ser iniciados (desenhos curriculares, planos de estudos, marcos conceituais, conteúdos, metodologias etc.), considerando-se que esta troca permitirá conhecer e utilizar as experiências de outras instituições que realizam a mesma atividade.

Outro aspecto abordado na Oficina diz respeito à questão de quais seriam as principais formas de capacitação para o serviço, resgatando-se nessa discussão, experiências anteriores e identificando-se a insuficiência de um quadro de docentes e instrutores capacitados para desenvolver um processo nacional de capacitação para profissionais dos serviços municipais de Visa. Alguns participantes lembraram experiências desenvolvidas na capacitação de RH que incluíam a figura do multiplicador, avaliando-se que esta forma não seria a mais adequada para a Visa e que será necessário um maior aprofundamento desta questão no sentido de se identificar as melhores estratégias nos processos de capacitação.

Por fim, tratou-se da importância da construção da interdisciplinaridade no processo de formação e capacitação em Visa, isto é, a articulação e integração dos distintos conteúdos dos cursos. A busca de novas formas de produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico na Saúde Coletiva insere-se numa grande discussão acerca da inter, pluri, multi e transdisciplinaridade. Considerou-se que este debate se torna de grande relevância para a Visa uma vez que suas ações exigem conhecimentos teóricos e práticos provenientes de diversos campos do saber e de práticas, sendo fundamentalmente área aplicada. O desafio posto aos cursos de formação e capacitação em Visa, no sentido da não fragmentação dos conhecimentos, deve, necessariamente passar por esta discussão.

A discussão se encerrou com o entendimento de que um projeto de formação e capacitação em Visa não se limita à pós-graduação. O desenvolvimento dos RH em Visa requer um investimento na formação de nível médio especializado, em um curso básico universitário capaz de possibilitar um conhecimento geral e específico ao profissional, de modo a torná-lo apto a realizar atividades em Visa, e uma pós-graduação que produza conhecimentos e habilidades necessários ao desenvolvimento da área.

3.3 Articulação e visibilidade política da Vigilância Sanitária

As discussões apontaram para a necessidade de uma mobilização da Sociedade para o reconhecimento social e político da importância das ações de Visa, identificando-se na

GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Abrasco um aliado fundamental para este processo. Considera-se que o paradigma vigente na saúde, focalizado na doença, o isolamento institucional, a pequena produção científica, a não inclusão da temática Visa nos cursos de formação de profissionais da área de saúde, a não utilização de dados importantes existentes nos Sistemas de Informação em Saúde, são alguns aspectos que interferem na prática da Visa. Ademais, no momento em que se discute a mudança do modelo assistencial hegemônico e nele o componente Visa, faz-se necessário um conjunto de articulações para conferir maior visibilidade política e integração da Visa às demais práticas do SUS.

Ressaltou-se a necessidade da articulação entre os três níveis de governo, Conselhos de Saúde, Conselho Nacional de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), gerando um movimento nacional que integre, de fato, a Visa e socialize a percepção da importância de suas ações, promovendo-se a construção e institucionalização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Foram identificadas algumas estratégias para a conjuntura atual, entre as quais destacou-se a inclusão do tema vigilância sanitária na Conferência Nacional de Saúde e a realização da Conferência Nacional de Vigilância Sanitária em 2001, precedida de Conferências Estaduais, e a criação de grupos articuladores para a condução de propostas após esta Oficina. A articulação com o CONASS e o CONASEMS, Conselhos e Comissão Intergestores Bipartite para a inclusão do tema Visa em suas agendas foi bastante enfatizada e ainda, a definição de estratégias para que sejam incorporados conteúdos de Visa nos cursos de preparação dos novos gestores e conselheiros municipais.

4-Propostas e recomendações:

A plenária final acordou as seguintes propostas e recomendações:

- Foi referendada a proposição da Oficina de Trabalho sobre Formação Especializada em Vigilância Sanitária, a saber: os cursos de especialização poderiam tomar duas conformações: a primeira, uma especialização mais geral, seria denominada "**Curso de Especialização em Saúde Coletiva com concentração em Vigilância Sanitária**", destinado a profissionais gerentes ou técnicos dos diversos níveis de Vigilância Sanitária. A segunda seria uma especialização destinada a capacitar profissionais para atuarem nas principais áreas da vigilância sanitária, cujo principal objetivo é a operacionalização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, sendo, portanto, um especialista em Vigilância Sanitária com concentração em áreas específicas (a exemplo de medicamentos ou alimentos ou serviços de saúde ou meio ambiente etc.). Este formato de curso teria, por exemplo, a seguinte denominação: "Curso de Especialização em Saúde Coletiva com concentração em Vigilância Sanitária de Alimentos" ou outra área de concentração a que se destine. Essa denominação, na opinião de muitos participantes, é estratégica para reforçar que a Vigilância Sanitária é



GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

integrante da Saúde Coletiva e os cursos de formação especializada deverão estar voltados para atender aos propósitos desta área.

- Quanto às proposições acerca do desenvolvimento pedagógico na formação *latu-sensu* e *strictu-sensu* na área, os participantes sugeriram a realização de uma Oficina de Trabalho específica onde seja discutida a construção de um projeto pedagógico que tenha como destaque a definição de competências, habilidades, metodologias de ensino-aprendizagem, conteúdos mínimos etc.
- Considerando a urgência de desenvolvimento teórico e prático foi sugerida a realização de Oficinas de Trabalho com o propósito de realizar um diagnóstico-situacional da área, no Brasil, nas quais se identificariam temas importantes para serem tratados em projetos de pesquisa com o propósito de dinamização da área. Foi sugerida, ainda, como parte desse processo, a discussão sobre a construção coletiva de uma agenda de investigação na área, identificando-se temas e prioridades. A condução desse processo, na compreensão de vários participantes, deverá ser feita prioritariamente pela Anvisa em articulação com instituições acadêmicas e instituições nacionais e internacionais de fomento à pesquisa.
- A Oficina também referendou a proposição da Oficina de São Paulo de se criar mecanismos de controle e avaliação de cursos visando garantir qualidade, a exemplo de um **sistema de acreditação**, projeto em curso para os Cursos de Especialização em Saúde Coletiva, em algumas universidades brasileiras. Sugeriu-se a realização de uma Oficina de Trabalho específica para melhor discussão desta temática e dos critérios específicos para os cursos em Visa, identificando-se a Abrasco como parceira importante neste processo.
- Considerando a pouca quantidade de docentes preparados para ministrar conteúdos de Visa nos Cursos de Especialização, os participantes retomaram e reforçaram a proposta da Oficina de Trabalho anterior referente à montagem e disponibilização de um "banco de docentes" para cursos oferecidos nas diversas Regiões e Estados brasileiros que necessitem desse apoio. O grupo entendeu que a disponibilização desse banco é estratégia temporária, enquanto se estruturam os programas de Pós-graduação nas instituições de ensino, pois se entende que cada uma delas deve qualificar-se para que todas as unidades acadêmicas possam ter, a médio e longo prazo, docentes capacitados para a realização de cursos de formação e capacitação.
- Pelo entendimento da relevância de se estimular a produção científica para o desenvolvimento da Visa, no Brasil, os participantes recomendaram que no processo de formação especializada em Visa os estudos efetuados nos cursos, principalmente as monografias, sejam prioritariamente voltados para contribuir no equacionamento dos

GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

problemas identificados nas práticas de Visa; esta recomendação também foi feita na Oficina de Trabalho sobre Formação Especializada.

- Ao se identificar que na formação especializada em Saúde Coletiva no Brasil existe uma ausência ou insuficiência de conteúdos de Visa, sugeriu-se uma discussão mais ampla sobre tais conteúdos, incluindo temas principais, carga horária, marco teórico etc. Recomendou-se que esta discussão fosse feita com a participação da Abrasco e representantes dos Cursos de Especialização. Para contribuir no desenvolvimento da área foi sugerido envidar-se todos os esforços visando produzir as bases para criação da área de concentração em Visa na formação *strictu-sensu* em Saúde Coletiva
- Quanto à formação acadêmica em nível de graduação foi sugerido que seja realizado um levantamento dos cursos de graduação na área da saúde que incluam conteúdos de vigilância sanitária, identificando-se o nome da disciplina, carga horária destinada ao tema, programa, metodologia utilizada, qualificação docente etc. Com isto se faria um diagnóstico para subsidiar a elaboração de uma proposta de conteúdos mínimos de Visa nas disciplinas de Saúde Coletiva e outras para os cursos de graduação na área da saúde. Ademais recomendou-se que os serviços de Visa tornem-se campo de estágio em Saúde Pública para os cursos de graduação da área da saúde e afins à Visa, a exemplo de experiências desenvolvidas em alguns Estados e Municípios do país.
- Quanto aos processos dinamizadores, proposta é de realização de Oficinas de Trabalho que comporiam uma das estratégias para o desenvolvimento da área. Considerou-se necessário desenvolver um conjunto de temas, muitos dos quais poderiam ser trabalhados mediante a estratégia de Oficinas de Trabalho: projeto pedagógico; formação e capacitação dos profissionais de nível médio; alternativas metodológicas, "tronco comum", competências e habilidades profissionais; processo de trabalho em Visa e acreditação dos cursos de Visa.
- Os participantes aprovaram o encaminhamento de uma moção para ser apresentada na Plenária do VI Congresso Brasileiro da Abrasco (encaminhada à reunião plenária da entidade) para que a Vigilância Sanitária passe a constituir-se uma das áreas temáticas da Abrasco, sugerindo-se também a criação, junto à entidade, de um grupo de trabalho para o desenvolvimento da área de Visa e todos os esforços para realização da Conferência Nacional de Visa e inclusão dessa temática na Conferência Nacional de Saúde.
- Para melhor fundamentar as propostas de formação e capacitação considerou-se a urgência de se fazer um diagnóstico da Força de Trabalho em Visa no país, o que poderia se dar mediante a utilização dos mecanismos postos em vigência com o "Termo de Ajuste"

GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(mecanismo legal de pactuação de desenvolvimento de ações descentralizadas e repasse de recursos) entre a Anvisa e os Estados e destes com os Municípios.

- Os participantes da Oficina identificaram a necessidade de criação de um espaço de interlocução, ou núcleo articulador, com o propósito de colaborar com a formulação e implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos na área de Visa, em que haveria representantes da Coordenação de RH do Ministério da Saúde, da Anvisa, do CONASS, CONASEMS, Instituições Formadoras e Especialistas. Esta discussão provocou alguns aspectos polêmicos mas não houve tempo para se aprofundar a questão.
- No propósito de fomentar condições para o desenvolvimento da área recomendou-se a criação de Centros Colaboradores nas instituições acadêmicas que teriam a finalidade principal de produzir conhecimentos e assessorar os diversos níveis do sistema. Entre as atividades citadas estaria a realização de mestrados profissionais.
- Uma vez que a discussão sobre formação e capacitação do profissional de nível médio não pode ser aprofundada, recomendou-se a realização de uma Oficina de Trabalho para tratar especificamente deste tema.
- Considerando-se que o planejamento, acompanhamento e avaliação são fundamentais nas ações de visa e que estas práticas ainda são incipientes na área, foi sugerida a realização de Oficinas de Trabalho com o propósito de subsidiar a construção de indicadores em Visa.
- Pela relevância da produção e disseminação de trabalhos científicos para o desenvolvimento da área, recomendou-se estimular a publicação de trabalhos na temática em revistas de Saúde Coletiva ou em boletins específicos da Visa, a serem criados. Também foi proposta a criação de uma rede de informação coordenada pela ANVISA como principal veículo de divulgação dessas informações.
- Vários aspectos foram destacados na discussão acerca das estratégias para conferir visibilidade política à área, sendo uma das principais recomendações a convocação da I Conferência Nacional de Visa para ser realizada após a 11ª Conferência Nacional de Saúde, devendo-se envidar todos os esforços para inclusão de conteúdos de Visa nesta Conferência.
Por fim, recomendou-se que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária seja o principal estimulador desses processos promovendo os meios para operacionalização das propostas e sugestões aqui destacadas.

5- Participantes :



GRUPO TEMÁTICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Alice Maria C.P. Marinho - Escola de Saúde Pública/Ce alice@esp.ce.gov.br
Amal Kosak Nóbrega- Nesp/UNB - coletiva@unb.br
Ana Amélia Boischio- UEFS - boischio@ufba.br
Ana Célia P. da Silva - ENSP/Fiocruz - anacelia@ensp.fiocruz.br
Ana Cristina Souto - ISC/UFBA- anasouto@ufba.br
Ana Emília Andrade SESAB/UFBA- divisa@saude.ba.gov.br
Ana Maria Figueiredo – Anvisa- ana.azevedo@anvisa.gov.br
Carmen Lavras - CONASEMS –cogex@acad.puccamp.br
Cláudia Santiago – Anvisa claudia.cristina@anvisa.gov.br
Ediná Alves Costa - ISC/UFBa - edina@ufba.br
Eunice da Rocha Fochi ESP/RS -
Francisco Acúrcio - FF/UFMG - acurcio@medicina.ufmg.br
Gisélia Santana Sousa - ISC/UFBa gissouza@ufba.br
Guido Palmeira - ENSP/Fiocruz - guidopal@ensp.fiocruz.br
Gustavo Werneck - Nescon/UFMG - guswer@medicina.ufmg.br
Helena Lutescia UFce – lutescia@ufc.com.br
Janete Castro – NESC /RN – castrojanete@hotmail.com.br
José Paranaguá Santana - OPAS –paranagua@bra.ops-oms.org
José Ruben de A. Bonfim - Instituto de Saúde/SP- sobrevivime@sti.com.br
Julio César Figueira- CT de Visa/CONASS – sv.ses@mg.gov.br.
Lenice da Costa Reis - CFS/Rio de Janeiro - lreis@saude.rj.gov.br
Lívia Costa da Silveira- Anvisa - livia.costa@anvisa.gov.br
Luís Carlos Wanderley Lima – Anvisa - luis.lima@anvisa.gov.br
Maria Conceição Riccio - DIVISA/SESAB –divisa@saude.ba.gov.br
Maria Gorete G. Selau – mggselau@saude.gov.br
Maria Umbelina – Anvisa – maria.dumont@anvisa.gov.br
Nelly Marin – OPAS nelly@bra.ops-oms.org
Marismary H. De Seta- ENSP/Fiocruz - deseta@ensp.fiocruz.br
Paulo Ricardo Nunes – Anvisa – paulo.ricardo@anvisa.gov.br
Pedro Germano FSP/USP- cepedisa@edu.usp.br
Sheyla Duarte Pereira- rhu@cvs.saude.sp.gov.br
Sueli Gandolfi Dallari - FSP/USP- dallari@originet.com.br
Vera Lúcia Dias Lopes - Nesc/CO gildias@zaz.com.br
Vera Maria Bacelar - Anvisa vera.maria@anvisa.gov.br
Volnei G. Pedroso - Anvisa crh@saude.sp.gov.br